

Debatendo o futuro

Congresso da Internacional da Educação

JUÇARA DUTRA VIEIRA*

De 21 A 26 de julho de 2015, a Internacional da Educação (IE) promoveu seu 7º Congresso com o objetivo de definir as ações estratégicas do próximo período. Desde 2004, o Congresso acontece de quatro em quatro anos, sempre em uma região distinta, em forma de rodízio. Nos intervalos, ocorrem duas conferências regionais, propiciando maior participação das bases nas instâncias da IE.

Entre as atividades pré-congressuais mais importantes, a IE promoveu a Assembleia de Mulheres, cujos objetivos principais foram avaliar os resultados obtidos pela sociedade após 20 anos da Conferência de Beijing e projetar o próximo período do Comitê da Mulher da IE. A avaliação foi a de que houve avanços importantes, tais como: a consolidação das redes de mulheres regionais e mundial; o aumento de mulheres em cargos de direção dos sindicatos e a elevação de escolaridade feminina em todo mundo. Contudo, há uma onda conservadora nos países ocidentais que afeta a questão de gênero e interfere nas políticas de combate à violência e à desigualdade.

Por isso, a Assembleia deliberou pela manutenção da política de cotas nas direções sindicais; a promoção de campanhas contra a violência sofrida por mulheres e meninas, especialmente na escola; e a participação da IE nos projetos desenvolvidos pela ONU Mulher para o alcance dos Objetivos do Milênio (ODM), previstos pelo programa de Educação para Todos (EPT).

A principal razão da existência da IE é a temática da educação. Essa temática é recorrente e, ao mesmo tempo, sempre nova, o que permite abordá-la desde múltiplas perspectivas. Assim, para expor, esquematicamente, o pano de fundo em que se desenhou o Congresso da IE, tento articular alguns elementos que considero elucidativos.

Educação pode ser pensada no contexto de um *processo civilizatório*, ou seja, quais caminhos a humanidade quer trilhar no seu futuro. Sem pretender aprofundar o conceito, tomo aqui a perspectiva histórico-cultural de que Vygotsky¹ é uma grande referência.

* Doutora em Educação. Foi presidente da CNTE (2002/2008). Atualmente é vice-presidente da Internacional da Educação/IE (2004/2015) e membro do Comitê Editorial da Revista Retratos de Escola. Porto Alegre/RS – Brasil. E-mail: <judvieira@gmail.com>.

Para ele, o desenvolvimento intelectual das crianças está profundamente vinculado às interações sociais produzidas nas suas condições de vida. Desse modo, há muitos fatores que interferem nesse percurso da humanidade. A caminhada não é homogênea, nem linear; porém, sob suas mais diversas formas, é sempre coletiva.

Essa é uma das preocupações da Internacional da Educação quando reflete sobre as mudanças climáticas produzidas pela relação de exploração dos meios naturais; quando se preocupa com os impactos das migrações que afetam milhares de pessoas, especialmente mulheres e crianças; quando denuncia os efeitos devastadores de conflitos armados que dizimam vidas e deixam sequelas insuperáveis. Dentro dessa perspectiva, educação passa a ser *direito da sociedade*. Ela integra um conjunto de direitos, tais como: direitos humanos, direitos de cidadania e direitos civis. Nesse sentido, a pauta da IE é muito abrangente e incorpora as agendas trazidas pelo feminismo, pelo multiculturalismo, pelos movimentos em defesa da livre orientação sexual.

A educação como direito e não como privilégio – como afirmava Anísio Teixeira² – requer a ação do Estado. Ou seja, a educação deve ser uma *política pública* efetiva, o que exige, antes de qualquer coisa, o adequado financiamento, cujas responsabilidades são locais, nacionais, internacionais, especialmente, no caso de sua privatização e comercialização.

Em março deste ano, o Comitê Executivo da IE aprovou um documento chamado “Uma resposta mundial à comercialização e privatização da educação”, inserido na estratégia da Campanha “Unamo-nos pela educação pública”. A primeira fase do projeto vai de março a julho, quando haverá a transição para a segunda fase, a ser concluída no Congresso de 2019.

Educação também pode ser abordada como *estratégia de desenvolvimento*. Não se trata, aqui, da teoria do capital humano, mas da compreensão de que a educação é um dos fatores de combate às desigualdades sociais, de fomento à cultura, de incremento à pesquisa, do acesso a novas tecnologias. Portanto, requer investimento material e institucional permanente. No 6º Congresso, por exemplo, tivemos várias resoluções sobre políticas neoliberais e de austeridade econômica, decorrentes, especialmente, dos impactos da crise econômica na educação.

Educação é *ciência*, cuja área de conhecimento está sistematizada na Pedagogia. Como ciência, requer mecanismos de investigação e de produção desse conhecimento que se produz na relação dialética entre universidade, escola e sociedade. Requer, sobretudo, *profissionalismo* de seus educadores.

As condições para o exercício da profissão constituem uma das principais lutas da Internacional da Educação. Essas condições incluem a *formação*, tanto a inicial – que envolve a juventude – quanto a continuada, ou permanente, ao longo da vida profissional. Várias resoluções têm sido elaboradas ao longo dos congressos da IE, exatamente com o propósito de oferecer a educação de qualidade a que todos têm direito. No último

Congresso, foi aprovada importante resolução sobre pessoal de apoio (funcionários da educação), também essenciais ao projeto político-pedagógico da escola e da educação.

Outra condição essencial do profissionalismo é a *carreira* pela qual a sociedade garante a estabilidade da oferta da educação pública. Tem sido, também, grande preocupação da IE a precarização das relações de trabalho que interferem no aprendizado, na dinâmica das escolas e, sobretudo, na saúde, no desempenho e na vida profissional dos educadores.

Um fator estratégico de valorização é o *salário*, que influencia no recrutamento de profissionais, acentua a feminização da profissão – que, por si só não seria um problema se não estivesse associada à baixa remuneração – e dificulta o acesso dos profissionais à cultura, ao lazer, à própria autonomia profissional. Baixos salários também significam precárias ou inexistentes condições de investigação e de trabalho.

Além de ciência, educação é um *fenômeno social* que abrange, além da educação formal, a educação popular, e as relações sociais que se produzem nas circunstâncias históricas específicas. Nessa dimensão situam-se as transversalidades derivadas das individualidades, das pluralidades, das culturas ou de outras variáveis sociais. O trabalho da IE tem dado ênfase à promoção das diferenças no contexto do combate às desigualdades. Trata-se, aqui, do enfoque dado por Boaventura de Sousa Santos¹ ao afirmar que “(...) as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza” (2015, p. 122). Nesse sentido, o trabalho da IE sobre LGBT tem sido constante e um dos principais subsídios para a formação sindical e educacional.

Em resumo, a IE trata, em todos os congressos, da temática da educação e da valorização profissional. São debates cumulativos, processuais e contextualizados. Para que isso aconteça, dispõe de algumas ferramentas, como o *Informe Quadrienal*, atualizado a cada Congresso. Nele estão relatadas as investigações promovidas pela entidade, a ação direta sobre órgãos internacionais, as parcerias desenvolvidas, as campanhas executadas, os fatos mais relevantes de cada região. No último período, a principal campanha tem sido a “Unamo-nos pela educação pública: uma educação de qualidade para um mundo melhor”, a que nossa região tem dado muita relevância.

Trata-se da Conferência Regional preparatória ao 7º Congresso. É a oportunidade que temos para aprofundar o debate, dando nossa contribuição para o seu sucesso. Mesmo os que não forem ao Canadá, terão participado da preparação dos delegados. Destaco o que considero uma *contribuição da região* para o fortalecimento da IE e de suas instâncias: método de construção coletiva; solidariedade entre os sindicatos; investimento na Rede de Mulheres; divulgação da IE em todos os eventos locais e nacionais.

Ao mesmo tempo, a América Latina, tem-se destacado por suas lutas e campanhas em defesa da educação pública de qualidade. Nesse sentido, quase todas as organizações têm enfatizado a questão do financiamento da educação, seja por meio de elevação

de percentual do Produto Interno Bruto (PIB), seja de forma indireta, por meio do fortalecimento da cooperação entre os entes federados. Muitos países também lograram, na última década, a ampliação da escolaridade obrigatória, como é o caso do Brasil, em que a CNTE teve grande protagonismo. A valorização profissional continua a ser a principal estratégia da região para a efetivação do direito à educação. Uma das contribuições inovadoras da América Latina é a institucionalização da figura do funcionário da educação como agente da educação. Embora muitos sindicatos de outras regiões tenham preocupação semelhante, a região avançou em termos conceituais e, também, legais.

O Congresso da IE é precedido de vários eventos, com destaque para os encontros temáticos sobre gênero, educação indígena e coletivo LGBT. Esses coletivos contribuem para a construção da Internacional da Educação, assegurando a transversalidade e a visibilidade das múltiplas identidades que compõem a categoria dos profissionais da educação de todo o mundo: lutadores sociais multiculturais, diferentes nas suas individualidades e iguais no seu pertencimento de classe e de projeto de sociedade.

Por último, quero associar-me a todas as homenagens prestadas a nossa companheira Stella Maldonado, secretária geral da Confederação de Trabalhadores em Educação da República Argentina (CTERA), que partiu, precocemente, no ano passado. Um dos significados de seu nome é “estrela”. Por isso, recorro a um poeta da minha terra, Mário Quintana: “Se as coisas são inatingíveis ... ora! / Não é motivo para não querê-las... / Que tristes caminhos se não fora / A mágica presença das estrelas!”

Notas

- 1 Lev Semenovitch Vygotsky (1896 a 1934), cientista bielorrusso, foi pioneiro no conceito de que o desenvolvimento intelectual das crianças ocorre em função das interações sociais e de suas condições de vida.
- 2 Anísio Teixeira (1900 a 1971), educador e escritor brasileiro, defendeu, veementemente, a tese de que educação é direito de todos, não privilégio de poucos.
- 3 Boaventura de Sousa Santos (1940) é sociólogo e professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Portugal).

Referências

QUINTANA, Mário. **Das Utopias**. Disponível em: <<http://www.escritas.org/pt/poema/1637/das-utopias>>. Acesso em: 1º maio 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Uma Concepção Multicultural de Direitos Humanos**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n39/a07n39.pdf>>. Acesso em: 1º maio 2015.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é Privilégio**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.